

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: DA UTOPIA ÀS POSSIBILIDADES

Odimar J. Peripolli

RESUMO: Neste artigo proponho uma reflexão sobre nossa prática pedagógica, seu significado, caminhos, propostas; mostrar que existem “fórmulas” de se fazer educação e estas são mais simples do que imaginamos. Uma delas é começar as mudanças por nós mesmos e acreditar no depois. Mas, para que exista um depois, para que existam possibilidades de mudanças, é preciso acreditar na escola, conhecer a realidade, sair, descer até o cais e aprender com os tanoeiros e operários, pois sabemos que quanto mais nos aproximarmos da linguagem do povo, a fim de melhor compreendê-la, mais seremos desafiados por ela. Se ensinar não for uma paixão para nós, se não acreditarmos na nossa profissão, como falarmos em mudanças? Enfim, é preciso conceber a educação brasileira como um esforço de clarificação da consciência crítica das massas, para que assim elas possam perceber sua realidade.

PALAVRAS-CHAVE: educação; escola; práticas pedagógicas; conhecimento do outro.

ABSTRACT: In this article I suggest a reflection about our pedagogical practice, its meaning, procedures, proposals; point out that “formulas” to make education, exist, and these are simpler than we can imagine. One of them is to start the changes in us, and to believe in the future. But in able to exist a future, to exist changes it is necessary to believe in the school, get to know the facts, get out of the school grounds, go to the docks and learn with the canoe man and workers for we know that the nearer we get to the language of the people for a better comprehension, more we shall be challenged by her. If teaching is not a passion, if we do not believe in our profession, how can we call for changes? Nevertheless, we must conceive the Brazilian education as a clarifying struggle of the critical consciousness of the masses and in this way they can perceive their reality.

KEY WORDS: education; school; pedagogical practice; knowledge of the other;

Introdução

A consciência de que construímos um mundo com muitos problemas está de tal modo presente que não necessita de clarificação. Cada um de nós tem temores e discordâncias a respeito do mundo de hoje que vão desde pequenos ou grandes aspectos esparsos até o todo da organização da sociedade (GANDIN, 1995, p. 11).

Revista da Faculdade de Educação - Cáceres - MT - Ano II nº2 / Jan-Jun 2004

Sempre que nos debruçamos sobre o tema educação, mais especificamente sobre educação escolar, nos deparamos com as mais diferentes formas de problemas/limites. Estes parecem ser, muitas vezes, quase intransponíveis, porque, em muitos casos, fogem ao alcance da possibilidade de solução de quem faz educação.

Embora profissionais na área, nem sempre conseguimos tomar todas as decisões que poderíamos/deveríamos, acreditamos, ser as melhores para um maior aproveitamento e resultado em nossas práticas na área. Em muitas escolas, mais especificamente nas áreas rurais (veja o caso das escolas dos assentamentos de reforma agrária), fica difícil até de acreditar/conceber que aí seja possível desenvolver qualquer prática pedagógica.

No cotidiano escolar não conseguimos e/ou não sabemos transformar determinadas situações em questões políticas. Nos sentimos como os únicos responsáveis pela educação e transformamos a escola em um local onde nossas práticas vão além das nossas responsabilidades. Os problemas continuam os mesmos e agravados pelo sentimento de “culpa” pelo “fracasso”...

Vivemos dentro de uma estrutura/cultura onde o enfrentamento, o questionamento quase não fazem parte de nossas práticas educacionais, com raras exceções. Por quê? Há que se alertar para o fato de que os politiqueros de plantão, sempre ágeis, eloqüentes, estão sempre dispostos a contribuir..., como fazer!

Esta certa impotência frente aos repetidos índices negativos, aos constantes fracassos no processo educativo no seu conjunto, é que tem levado/vem levando muitos profissionais ao desânimo, a desesperança e, em alguns casos, até o abandono do magistério. E fica a pergunta: o que fazer?

Saídas existem. É preciso que nos envolvamos no processo e busquemos, primeiro: perceber a realidade como ela se apresenta. É nesse exato momento que surge uma luz. Então, passamos a detectar aqui e ali, sementes de esperança. Segundo: é hora de agir. Renascem, então, os sonhos, voltam as

utopias. É exatamente nesse momento que passamos a acreditar que um novo amanhã é possível. Dentro de uma postura do ver, julgar (refletir) e agir (MEDELLÍN In: GANDIN, 1995) é que se desencadeia o caminho das possibilidades.

Acreditar, esperar, este parece ser o grande segredo para podermos superar obstáculos, alçarmos novos vãos. Importa olharmos para frente e para cima (Duc in altum). Rossa (In:AEC - nº 111/1199, p. 5 - 6) diz ser do próprio homem esta característica, ou seja, capacidade de superar, de imaginar. É do próprio ser humano esta "sede de infinito".

Importa sublinhar mais uma vez as palavras de Rossa ao falar de educação, relacionando-a à paixão, onde afirma "não ser possível fazer educação só com conhecimento e técnica, como muitos pensam a educação única e exclusivamente a serviço da economia de mercado". E acrescenta: "a educação é também política, arte, ética, encantamento, sabedoria, utopia, paixão".

Esperar de quem as mudanças na educação? Dos outros? Quem são estes outros se não nós mesmos? Devemos entender que as mudanças são possíveis e de responsabilidade nossa enquanto sujeitos profissionais da área.

Temos a tarefa/compromisso de devolver a cidadania a tantos que, como numa viagem sem volta de um vôo desastrado, tem jogado e ainda joga fora "crianças e jovens do Brasil, longe do ponto de destino: educação, saúde, cidadania e vida" (PASSOS, In:AEC, nº 11/1999, p. 09).

Como fazer? Às vezes, parece-nos mais uma questão de metodologia, de como fazer. Mas cuidado! Os métodos, as técnicas nem sempre atingem o que se deseja de fato. O que devemos ter em mente é "uma transformação pedagógico-didática, mas em função de uma mudança social" (GANDIN, 1995, p. 12). Ainda: "restringir-se aos limites técnicos da educação e fazer dela um fim, sem ver que ela está aí para uma sociedade, seria trair a condição de pessoa humana e de cidadão". Mais: ao falarmos em transformação, em mudanças didático-pedagógicas, devemos pensá-las na possibilidade e que este-

jam “aptas a contribuir para a transformação na sociedade mal construída que temos”. Enfim, “o importante é pensar em que tipo de mudança estamos empenhados”.

O conhecimento partilhado

Há que se perguntar: para que o conhecimento, para que o saber? Acredito que se estes forem compartilhados, socializados, comungados, estaremos, não só a meio caminho andado, mas no caminho certo.

A escola ainda é o lugar onde, mais democraticamente, e de modo mais sistematizado, se oferece aquelas condições que são próprias para uma prática educativa. Não se quer, com isso, supervalorizar a escola. “O que se quer é vê-la como algo que existe e é buscado, especialmente na fase da infância e da adolescência como meio de educação, e tê-la presente como um projeto de educação, projeto incluso, que deve ser constantemente melhorado e aperfeiçoado” (CNBB, 1986, p. 18).

Ainda: “é uma instituição que, embora fortemente questionada, adquire hoje especial importância e precisa reformular-se profundamente, para atender melhor às exigências da educação, num mundo em rápidas e amplas mudanças” (Ibid.).

Acima de tudo, estamos falando da possibilidade de uma educação libertadora: “aquela que transforma o educando em sujeito de seu desenvolvimento e que é meio-chave, para libertar os povos de toda escravidão” (MEDELLÍN, In: GANDIN, 1995, p. 17).

O que esperar de uma sociedade, formada por um grande número de homens e mulheres (adultos, jovens e crianças) que, ao longo de suas vidas, lhes foi negado o acesso ao saber? Basta que sejam verificados os números de analfabetos que vivem no campo, principalmente nos assentamentos de reforma agrária espalhados nos quatro cantos do País e/ou mesmo nos acam-

pamentos à beira das estradas (BRs), os sem-terra.

Como trabalharmos com perspectivas de uma escola que busca trabalhar ações transformadoras em uma sociedade alicerçada sobre estruturas injustas? Este parece ser um dos grandes desafios a ser enfrentado neste início de um novo século, tanto para a cidade quanto para o campo.

Vale aqui ressaltar que toda ação educativa deveria propiciar às pessoas, aqueles que buscam a escola, tornarem-se sujeitos, artífices de sua própria história. Uma escola que abra caminhos para que os diferentes sujeitos possam desenvolver capacidades de libertarem-se das amarras de um sistema injusto. Daí a necessidade de vermos o outro como sujeito, capaz e possuidor de conhecimentos.

Devemos trabalhar, sonhar, dispensar nossas energias e visualizar uma escola que acredita no processo humanizador e de humanização da sociedade. Por uma escola que acredita num projeto utópico, onde haja espaço para o “o homem novo e a nova sociedade” (CNBB).

Cuidado! Temos que ser perspicazes, pois quando o poder público não sabe/não consegue/não lhe convém resolver um problema, como por exemplo, o dos sem-teto, sem-terra, desemprego, miséria, analfabetismo, recorre sempre à educação. Ou seja, joga-se sob a responsabilidade da educação/escola esta tarefa/este desafio. Função esta que não é de responsabilidade da escola e/ou que está fora de seu alcance. A educação/escola não pode assumir o ônus da incompetência dos responsáveis diretos pela criação das políticas voltadas para a área.

Descer ao cais do rio, entre tanoeiros e operários...é preciso.

Estou me referindo à importância do outro nesse processo de construção de uma sociedade justa. O outro é aquele que “não sabe”; aquele que sempre foi ignorado pelas elites (os que se acham “donos” do poder e do

saber). Aquele que numa versão bem política, pertence a uma camada da população que, segundo dizem, fazer parte “das bases”. Bases do quê?

Diria que é aquele que é esquecido quando a mesa está posta (trabalhador braçal, homem simples, operário...), mas que ajudou e ajuda a providenciar o manjar. Aquele que a academia, por modismo, costuma chamar de excluído. Que o senso comum chama de “menos favorecido”... É aquele sujeito produzido pela própria sociedade e do qual se envergonha, o não-cidadão.

Há que se perguntar: quem são os agentes deste processo de exclusão? Como agem? Por que agem? O que pretendem? É preciso conhecer a realidade. Só quando conhecemos a realidade existente é que podemos falar em mudanças, uma vez que não podemos mudar o que não sabemos como é.

Vendo este cenário onde a questão central é educação escolar, o que se pode perceber, ao menos termos claro, é que existem sujeitos que fazem, que agem, que se movimentam intencionalmente. Não adiante falarmos de modo genérico, usando termos definidores apenas, escondendo-nos sob nossas boas intenções; ou subestimando, tanto a capacidade, quanto a ignorância e/ou a incompetência dos fazedores de políticas educacionais; ou dos ditos intelectuais e/ou dos pedagogistas de gabinetes fazedores de currículos. Mais: não podemos perder de vista os politiquinhos de plantão sempre a rondar as mais diferentes discussões, buscando uma parte que lhes interessa, os oportunistas.

Importa aqui, até como proposta de reflexão centrada na perspectiva do outro (sujeitos excluídos do direito à escola, do saber), nesse processo todo, tendo a escola como centro, as palavras de Serres:

Que é preciso freqüentar as bibliotecas, é certo; convém com certeza, tornar-se erudito... Depois? Para que exista um depois, isto é, algum futuro que ultrapasse à cópia, saia das bibliotecas e corra para o ar puro... exponha-se ao sol, à sede, ao

deserto...ao anoitecer, desce ao cais do rio, entre tanoeiros e operários... (In: MARQUES, 2001, p. 95)

Nossa prática pedagógica se dá em um espaço (dentro e/ou fora de uma sala de aula). Enfim, em um lugar onde existem pessoas que querem e estão sedentas por aprender. Embora se afirma que ninguém ensina ninguém..., importa saber que existe alguém querendo/precisando aprender.

Vivemos em uma sociedade multicultural. Não podemos ignorar isto. Dentro dessas diferentes realidades, entre esses diferentes sujeitos, é que nascem os novos saberes, as novas possibilidades, as possibilidades de novas práticas.

O saber se constrói em mútua troca de experiências, de valores, enfim, na partilha. É isso de fato que ocorre? Ao menos acreditamos e nossos esforços devem estar voltados neste sentido.

O que buscamos é o novo. Este novo acontece, na prática, quando saímos de nós mesmos; quando vamos em busca de; quando nos dispomos ir até cais em busca de saberes dos outros: do homem simples, cheio de conhecimentos. São os sem-teto, os sem-terra, os operários, analfabetos, ...; Sujeitos possuidores de saberes diferentes dos nossos e que têm muito a nos ensinar: como e o que fazer.

O que houve com as escolas, com as universidades que já não ensinam? O diferente parece nos assustar, o novo nos incomoda, o desconhecido nos dá medo... A escola não consegue ensinar as pessoas a sobreviverem nos espaços em que estão. A universidade não consegue fazer com que as pessoas envolvidas no processo consigam ocupar espaços de profissão. Alguns dizem até que formamos para o desemprego.

Diria que nossas convicções, conceitos, práticas precisam ser expostos ao sol, à sede, ao deserto, isto é, precisam serem avaliados pelos outros. Nesta intencional exposição a que nos propomos, enquanto profissionais da

educação, estamos sendo avaliados e nos auto-avaliando. Um gesto nobre.

Minha modesta experiência, como professor, trabalhando/pesquisando junto aos assentados nos projetos de reforma agrária, me fez questionar: o que est/ou/amos fazendo intramuro (dentro da universidade)? Onde fica, para onde vai, para que servem as teorias sem uma prática efetiva (extramuro)?

Mato Grosso é um Estado cheio de contradições, para não dizer cheio de injustiças. Nossas práticas docentes acorrem neste meio. Por que, então, nossas atitudes são tão conservadoras, tão tímidas, tão...?

O norte do Estado quer tornar-se um pólo educacional. Este parece ser um desejo bastante forte por parte das autoridades que pensam a educação como uma forma de desencadear, com mais rapidez, o processo de mobilidade social, tendo a escola/educação/formação profissional como fator desencadeante deste processo. Tanto que faculdades, escolas, estão aí, brotam com todo vigor.

Por que ainda se fala, se escreve, se discute tão pouco sobre violência no campo, migração, fronteira, assentamentos rurais, analfabetismo, favelização das cidades...? Não estamos preparados? Falta-nos coragem para questionar mais, denunciar, mostrar a realidade como ela é? Ou medo? Ou não sabemos sobre estas realidades?

A Amazônia Norte mato-grossense ainda é vista como “terra do silêncio” (Becker, 1998). Temos dificuldades em ouvir o grito dos excluídos: os que reivindicam terras, teto, escola, trabalho, pão, dignidade, cidadania. Por qual causa lutamos então?

Nascemos de um projeto mal explicado que objetivava, em tese, a reforma agrária: “levar homens sem terra para terra sem homens” (MÉDICI, déc. de 70, séc. XX). A bem da verdade, de propaganda enganosa, pautada em mentiras de um regime que se mostrou medíocre, violento, covarde – o regime militar (1964 – 1985).

Numa análise do porquê não houve um crescimento econômico contínuo após o regime militar, com seus muitos “erros históricos”, reconhece-se que “os governos militares descuidaram da educação básica” [...]. Foi aí que nós perdemos o barco “(Veja, nº 13. 31 de março de 2004, p. 102 - 106)”.

No Brasil tem-se falado muito em reforma agrária (aliás, um dos pretextos usados pelos militares para o golpe, 1964). Um “projeto” que, na prática, não passa de uma grande falácia. Seus reflexos se fazem sentir quando vemos um amontoado de trabalhadores jogados no meio do mato (CREA - MT, março de 2002). Denúncia clara da incompetência das políticas criadas, ao longo dos anos, para o meio rural no País.

Em nossas práticas como docentes, temos consciência disso? Nossos acadêmicos navegam nessa área? Qual nosso papel enquanto educadores, formadores de opinião, frente a esta realidade que nos cerca: desemprego, miséria, analfabetismo, exploração de menores; sem-terra, sem-teto, sem-escola, sem...? Qual a política de nossos campi em relação a estas diferentes realidades (embora já tenhamos avançado bastante)?

Muitos de nossos acadêmicos exercem ou vão exercer suas atividades, como professores, no meio desses novos sujeitos sociais. Como seria possível trabalhar com o desconhecido? Faz-se necessário pensarmos e construirmos uma pedagogia específica para o rural.

Falamos em perspectivas, sonhamos, falamos em utopias... Isso nos move. Por que não falarmos a partir de realidades que se fazem tão próximas de nós?

Estamos perplexos diante das rápidas mudanças na sociedade, na economia, na tecnologia. É o momento em que aparecem no pensamento educacional diferentes possibilidades: projeto político pedagógico; pedagogia da esperança; ideal pedagógico; a ilusão fecunda; as utopias pedagógicas; o futuro com possibilidades, etc.

Que bom que ousamos falar em perspectivas, em mudanças. Meio ca-

minho andado. Estamos falando em possibilidades, em construção – somos corajosos.

Nunca se falou tanto em inovação educacional diante da perplexidade do cenário em que vivemos (cenário incerto, confuso, sem norte...). O amanhã parece não mais passar pela lógica do hoje.

Paulo Freire diz que: “mudar é difícil, mas é preciso” (In: GADOTTI, 2000, p. 5). Diríamos que mudar é preciso, possível e urgente. Que mudanças? Como concretizá-las?

A resposta parece vir do próprio autor. Ele mesmo nos mostra saídas e aponta para a necessidade de “uma escola com outra cara, mais alegre, fraterna e democrática. Uma escola com outro espírito”. Mas nos alerta: “eu vi que era preciso conceber a educação brasileira como um esforço de clarificação da consciência crítica das massas, para que assim elas pudessem perceber sua realidade” (In: TORRES, 1994, p. 34).

Gadotti (200, p. 5), falando em mudanças, em perspectivas na área da educação, diz, pela sua experiência, e parece nos alertar que esta tão sonhada mudança só ocorrerá no momento em que possamos dizer:

“Acredito na escola; sou apaixonado pelo que faço; acredito na minha profissão; conhecer, aprender e ensinar é apaixonante”.

Porém, um novo alerta vem novamente de Freire (In: TORRES, 1994, p. 34): “eu vi que a prática pedagógica implica um trabalho efetivo para mudar essas estruturas. Tudo isso levou muito tempo”.

Aqui importa reforçar a idéia de que existe uma estreita relação entre prática pedagógica, especialmente a escolar, e as estruturas sociais, políticas e econômicas. Portanto, não podemos ser ingênuos em pensarmos a escola (isolada, só, como instituição) como motor da sociedade.

Antes de finalizar, gostaria de reproduzir algumas idéias de Gandin (1995, p. 8 – 9), que acredito serem importantes para uma reflexão:

o sistema escolar se organiza segundo as linhas estruturais do sociedade em que se insere [...]; os esforços educacionais produzidos espontaneamente, isto é, realizados sem um aprofundamento crítico suficiente, reforçam a sociedade em que se realizam [...]; não é possível fazer uma proposta educacional consistente sem referi-la a um projeto social [...]; a escola é um espaço como outros (partido, sindicato, comunidade de base...) no acontecimento da luta social [...]; [...] a mudança só irá acontecendo a partir da atenção contínua (profissional, não necessariamente heróica) e da visão global que tenha, sempre, como horizonte, um projeto humano e social.

Por que não juntarmos as palavras de Serres, Gadotti, Gandin e Freire e construirmos uma resposta às perguntas feitas nos seguintes termos: para que exista um depois, para que existam possibilidades de mudanças, é preciso acreditar na escola, conhecer a realidade, sair, descer até o cais e aprender com os tanoeiros e operários, pois sabemos que quanto mais nos aproximarmos da linguagem do povo, a fim de melhor compreendê-la, mais seremos desafiado por ela.

Ainda: se ensinar não for uma paixão para nós, se não acreditarmos na nossa profissão, como falarmos em mudanças? Enfim, é preciso conceber a educação brasileira como um esforço de clarificação da consciência crítica das massas, para que assim elas possam perceber sua realidade.

O papel da escola hoje, da universidade, passa necessariamente pelo compromisso de possibilitar que as pessoas possam sobreviver nos diferentes espaços. Esse parece ser nossa grande e sublime tarefa. Um desafio a ser perseguido pelos que fazem educação.

Ao trilharmos por estes caminhos vamos ter a certeza de que estamos entre o possível de ser realizado e as utopias (também possíveis) de serem alcançadas.

Recebimento: 02/04/2004

Revista da Faculdade de Educação - Cáceres - MT - Ano II nº2 / Jan-Jun 2004

Aceite para publicação: 16/04/2004

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CNBB: *para uma pastoral da educação*. São Paulo: Edições Paulinas, 1996.

GANDIN, Danilo. *Escola e transformação social*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MARQUES, M. Osório. *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*. 4. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

REVISTA DE EDUCAÇÃO AEC. EAGORA 2000. Vol. 28, nº 11, abri./jun. 1999.
- Brasília: AEC, 1999.

REVISTA VEJA, nº 13. 31 de março de 2004, p. 102 - 106.

TORRES, Ártemis (org.). *Moto Grosso em movimentos: ensaios de educação popular*. EdUFMT, 1994.